



UFES

Aspectos Legais e Éticos da Engenharia

PERÍODO 2022/02

Professor: Herbert Carneiro

27- 99971-3820

E-mail: herbert.depr@gmail.com

Noções de Direito Administrativo para Engenheiros. Ponto III

1- Direito Administrativo.
(Conceito)

É o conjunto harmônico de princípios que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas. As normas de ordem pública, não podem ser afastadas nem por acordo dos interessados.

2- Princípios Constitucionais
Administrativos.
(Art. 37 Constituição da República)

- Legalidade;
- Moralidade;
- Impessoalidade;
- Publicidade;
- Eficiência.

3- Princípios Informadores da
Administração Pública.

- Isonomia (ou igualdade entre os administrados);
- Supremacia do interesse público;
- Presunção da legitimidade;
- Auto executoriedade;
- Autotutela;
- Hierarquia,
- Indisponibilidade do interesse público;
- Razoabilidade;
- Motivação.

4- Atributos do ato administrativo

- Imperatividade;
- Presunção de legitimidade;
- Auto executoriedade.

5- Poderes e deveres do administrador público

- Dever de eficiência;
- Dever de probidade;
- Dever de prestar contas;
- Poder-dever de agir;
- O administrador público não pode deixar de agir no exercício de suas funções.

6- Administração Pública

Direta

- União;
- Estados;
- Distrito Federal;
- Municípios.

Indireta

- Autarquias (Art.37, XIX, Const.Rep);
- Fundações Públicas (Art.37, XIX, Const.Rep);
- Empresas Públicas (Art. 173, parágrafo 1º);
- Sociedades de Economia Mista. (Art. 173, parágrafo 1º);
- Agências.
 - Executivas;
 - Reguladoras.

7- Atos Administrativos. (Requisitos)

- Agente capaz;
- Objeto lícito;
- Forma prescrita ou não proibida por lei;
- Competência do agente;
- Finalidade de atender ao interesse público e aos objetivos da lei;
- Motivação dada por lei, justificada pelo agente;
- Objetivo da lei;
- Publicidade.

8- Parceria Público - Privada (Lei n 11079/2004)

É uma modalidade especial de concessão de serviços públicos.

O contrato depende de concorrência pública, consulta pública e criação de uma sociedade chamada “sociedade de propósito específico formada especialmente para gerir o objeto da parceria”.

9 – Licitação (Conceito) (Art. 37, XXI, Const. Rep)

É um procedimento que visa selecionar a proposta mais vantajosa para posteriormente ser firmado o contrato administrativo.

10- Modalidades de Licitação

- Concorrência;
- Tomada de preços;
- Convite;
- Concurso;
- Leilão;
- Pregão.

• Lei nº 8666/1993

• Lei nº 10520/2002

- Regime diferenciado de contratações públicas (RDC).

• Lei nº 12462/2011 e 12688/2012

11- Tipos de Licitação (Art. 45, paragrafo 1º. Lei 8666/1993)

- Menor Preço;
- Melhor Técnica;
- Técnica e Preço;
- Maior lance ou oferta.

12- A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021)

Publicada no dia 1º de abril de 2021, tendo entrado em vigor na mesma data. No entanto a lei conferiu à administração a possibilidade de durante os dois primeiros anos de sua vigência, optar por licitar ou contratar de acordo com a nova lei.

13- A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021 Revoga)

As atuais leis de licitações e contratos administrativos (Lei nº 8666/1993), do pregão (Lei nº 10520/2002), do regime diferenciado de contratações (Lei nº 12462 de 2011 e Lei nº 12688/2012). Poderão ser utilizadas até 31 de março de 2023.

14- A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14133/2021)
Vocatio Legis

No período de dois anos de transição, os entes públicos podem escolher qual lei será usada na licitação, a antiga ou a nova. Mas tem que avisar qual será o ordenamento jurídico a ser seguido.

Exercícios complementares

Questões relevantes para os Engenheiros.

1-Considerando que você é engenheiro de um órgão público o que exigiria no projeto básico ou termo de referência de uma obra ou serviço? Justifique.

2-A nova Lei nº 14133/2021 instituiu o portal nacional de contratações públicas lançado no dia 9 de agosto de 2021. Qual a sua importância?

Pesquisar: Decreto nº 10764/2021.

3-A nova lei de licitações trouxe doze (12) novas figuras típicas a nossa legislação criminal, inserindo-a no Código Penal. Comente pelo menos duas, afetas ao exercício da Engenharia.

Pesquisar: Artigo 337, letras “e” a “p” do Código Penal.

Exercícios complementares

Questões relevantes para os Engenheiros.

4- Qual a importância do Gestor Público obedecer ao princípio da eficiência (art. 37 da Constituição Federal) e o princípio da economicidade (art. 70 da Constituição Federal)?